

FASCISMO E EUGENIA NA ITÁLIA: A CLASSE TRABALHADORA SOB CONTROLE

FASCISMO Y EUGENESIA EN ITALIA: LA CLASE OBRERA BAJO CONTROL

FASCISM AND EUGENICS IN ITALY: THE WORKING CLASS UNDER CONTROL

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.54136>

Ivan Ducatti¹

Resumo: A partir de análises de fontes da literatura historiográfica italiana sobre a questão eugênica, pode-se afirmar que a eugenia emergiu na Itália em 1912, se conectando ao movimento eugênico internacional. Foi um modelo de engenharia social fundado sob a dinâmica dos processos reprodutivos, que encontrou respaldo depois da Primeira Guerra Mundial. Com Mussolini, buscava-se uma transformação antropológica realizada em termos morais para regenerar em termos biológicos o que os fascistas consideravam as estirpes da classe trabalhadora. O fascismo italiano banuiu o controle das características biológicas dos seres humanos, porém desenvolveu um controle assistido e contínuo – estatal – da maternidade e da infância, seguindo a lógica da subordinação do indivíduo aos interesses gerais, questão característica do fascismo. Busca-se, assim, a partir do método materialista histórico-dialético, compreender as determinações da formação eugênica na Itália.

Palavras-chave: Eugenia. Fascismo. Pseudociência. Saúde pública. Classe trabalhadora.

Resumen: A partir del análisis de las fuentes de la literatura historiográfica italiana sobre la cuestión eugenésica, se puede afirmar que la eugenesia surgió en Italia en 1912, conectando con el movimiento eugenésico internacional. Fue un modelo de ingeniería social basado en la racionalización de los procesos reproductivos, con apoyo después de la Primera Guerra Mundial. Con Mussolini se buscaba una transformación antropológica realizada en términos morales para regenerar en términos biológicos lo que los fascistas consideraban cepas de la clase obrera. El fascismo italiano prohibió el control de las características biológicas de los seres humanos, pero desarrolló un control asistido y continuo -estatal- de la maternidad y la infancia, siguiendo la lógica de la subordinación del individuo a los intereses generales, característica tema del fascismo. Así, desde el método materialista histórico-dialéctico, buscamos comprender las determinaciones de la formación eugenésica en Italia.

Palabras clave: Eugenesia. Fascismo. Pseudociencia. Salud pública. Clase obrera.

Abstract: Based on the analysis of the Italian historiographic literature sources on the eugenic issue, it can be stated that Eugenics appeared in Italy in 1912, connected to the international eugenics movement. It was a model of social engineering based on the dynamics of reproductive processes, which found support after the First World War. With Mussolini, an anthropological transformation was carried out in moral terms in order to regenerate in biological terms what the fascists considered to be strains of the working class. Italian fascism – unlike German Nazi-fascism – banned the control of the biological characteristics of human beings, but developed an assisted and continuous control of motherhood and childhood by the State, following the logic of the subordination of the individual to general interests, a fascist-featured issue. Thus, from the historical-dialectical materialist method, we seek to understand the determinations of eugenic making in Italy.

Keywords: Eugenics. Fascism. Pseudoscience. Public health. Working class.

Introdução

Na tentativa de eternizar-se como modo de produzir a vida e para valorizar o valor, o capital tenta mercantilar todas as produções humanas. A ciência, mesmo sendo uma produção humana já em sua gênese marcada pela criticidade, não escapa totalmente desta tentativa de estar subsumida aos interesses do modo de produção capitalista, que busca tornar os frutos da ciência instrumentais a sua lógica. Sobre tal questão, Mészáros (2004) nos adverte sobre a ideologia do cientificismo, que se sustenta a partir da “pretensão de neutralidade e incontestável objetividade” (MÉSZÁROS, 2004, p. 245), visando, por intermédio desse apelo, a autoridade da ciência. Segundo o pensador húngaro,

Como, na realidade, a ciência está sempre inextricavelmente ligada aos desenvolvimentos da sociedade em cujo solo ela opera e sem cujo suporte seu progresso seria totalmente inconcebível, aqui tudo aparece de ponta-cabeça, e o desenvolvimento imane da ciência, surgindo das determinações misteriosas do “espírito científico”, era apresentado como “causa primeira” do próprio desenvolvimento social (MÉSZÁROS, 2004, p. 254).

E, para o biólogo marxista Lewontin (1993), a ciência realiza duas funções, quais sejam, desenvolver novos modos de manipulação do mundo material, produzir um conjunto de técnicas, práticas e produtos, aplicáveis as necessidades sociais e produzir explicação do porquê das coisas serem assim e não de outro jeito, isto é, uma função ideológica.

Examina-se neste artigo a forma como uma pseudociência, a eugenia, se erigiu sobre as necessidades do fascismo na Itália, “Ventennio” (1922-1943), e como e quais forças políticas e intelectuais o engendraram, bem como lhe deram – ou não – sustentação, em especial no campo da saúde pública. A questão eugênica na Itália também se conjuga à questão hebraica daquele país, que envolve a colaboração de Mussolini à política de extermínio do nazifascismo. Porém, dadas as suas especificidades desse campo político do fascismo, que não se relacionam diretamente ao fenômeno da saúde pública italiana, esse aspecto não será analisado aqui.

Eugenia: uma pseudociência

Revolucionários e revolucionárias de vários matizes e cientistas engajados à causa da classe trabalhadora já haviam, desde o século XIX, indicado os caminhos da superação da miséria. Mas essas soluções desvelavam não só que era o modo de produção capitalista que produzia a “questão social”, mas principalmente que só a superação desse modo de produção poderia solucionar os problemas propostos. Desta forma, o imperialismo produzia a eugenia, não como uma consequência indesejada do seu funcionamento, mas como uma das soluções ideológicas importantes para sua sobrevivência enquanto modo de produção.

Francis Galton, o criador do termo eugenia, afirma que o objetivo da eugenia era buscar o maior número de influências positivas que pudessem ser razoavelmente empregadas em indivíduos, os quais poderiam contribuir com mais elementos úteis a uma determinada sociedade para suas gerações futuras (GALTON, 2002).

Para os eugenistas, as questões de mortalidade infantil, má nutrição, problemas de saúde são oriundas da negligência dos pobres e de sua ignorância hereditária (JONES, 1982). Para os eugenistas, não são os baixos salários os responsáveis por raquitismos e atrofia no crescimento das crianças, mas os cuidados maternos inadequados, e são as mulheres (as más mães) as responsáveis pelo mau cuidado infantil.

Os eugenistas postulavam que eram os fatores naturais, biológicos, que eram a determinação central na formação e constituição geral dos seres humanos, o que significa afirmar que, quando uma pessoa se encontra em baixa escala social, esta passa a frequentar meio ambiente de pouca salubridade, de alta circulação de pessoas, o que altera negativamente a constituição hereditária, tornando-as debilitadas, o que levaria à incapacidade de se ajustar à sociedade.

Assim, a eugenia fora gendrada, desde suas primeiras concepções, na irracionalidade da filosofia imperialista, pois a análise de suas formulações teóricas nos permite afirmar que

A forma científica na qual se manifesta este espírito da pequena burguesia capitalista é o ecletismo, a tentativa de erigir como “método” científico o “por um lado ... e por outro”, tão caro ao pequeno-burguês; de negar as contradições da vida ou, o que é a mesma coisa, de contrapor entre si, de maneira superficial, rígida e carente de mediações, determinações contraditórias. Ademais, este ecletismo se veste com roupagens tanto mais suntuosas quanto mais for vazio. Quanto mais se mascara de “crítico” e “revolucionário”, tanto maior é o perigo que representa para as massas trabalhadoras cuja revolta é ainda confusa (LUKÁCS, 1934, p. 107).

Para exemplificar. A postura irracionalista dos eugenistas nos Estados Unidos, no início do século XX, era de tão grande proporção que os mesmos ficaram alarmados com o ensino superior das mulheres. A educação, segundo o raciocínio eugênico, desviou a energia biológica das mulheres da tarefa de reprodução para os encargos das atividades intelectuais ou mundanas. O argumento “científico” partiam de estudos sociológicos que haviam mostrado que as mulheres formadas em faculdades costumavam não se casar, e que aquelas que tinham algum filho, tinham menos de dois filhos, menos da metade do número necessário para manter o estoque social considerado ideal para a época (KEVLES, 1985).

Já a atuação higienista deveria sempre ser sobre os corpos da classe trabalhadora e jamais sobre as causas da construção social da miséria e pauperismo. Essa atuação higienista, ou higienismo, foi um desdobramento da medicina social do início do século XX, que tinha como objetivo atuar no crescimento desordenado das grandes metrópoles, engendrado pelos processos de industrialização crescente. Buscava-se mapear as condições sanitárias caóticas e os surtos epidêmicos para, em seguida, pensar políticas de atuação nessa área. Se a atuação médico-higienista seguiria ou não alguma racionalidade, isso dependeria politicamente da do modo como os interesses sociais das diferentes classes estivessem representados na luta de classes. Ou de como estaria acontecendo a luta de classes, isto é, em que medida os interesses de cada classe, dominante ou dominada, estivessem representados na superestrutura. Os pensadores higienistas, não raro eram também eugenistas, pelo conhecimento da medicina e ciências afins, abriram a porta para as primeiras elaborações eugênicas em várias partes do globo, como no Brasil (BOARINI et YAMAMOTO, 2004).

No entanto, faz-se mister considerar, a título de esclarecimento, que o que caracterizamos de irracional, a partir dos pressupostos lukácsianos, quase nunca se apresenta como algo, à primeira vista,

caótico e aparentemente sem uma certa inteligibilidade. Eugenistas, como Corrado Gini, por exemplo, utilizaram da estatística para quantificar populações italianas, no entanto, a forma que aquele autor adotou e classificou essas populações, já a partir de seus dados, correspondia a interesses políticos do fascismo e não havia nada de científico naquilo. O modo de produção capitalista, para utilizar outro exemplo, utiliza-se historicamente da engenharia de produção e gestão (taylorismo, fordismo, toyotismo) para organizar, racionalmente, sua produção. Isto, porém, não caracteriza o capitalismo como racional. Ao contrário, sem planificação, o modo de produção capitalista é caótico e destrutivo.

Fascismo e eugenia na Itália

O início da formação da eugenia na Itália se deu em 1912, movimento este que se conectava ao movimento eugênico internacional, através da criação, em 1913, do Comitê Italiano de Estudos Eugênicos. Em 1913, o Comitê nominaria uma comissão interna, encarregada de elaborar um programa e de colher adesões. Na comissão encontrar-se-iam dois intelectuais que tiveram papéis importantes na elaboração da ideologia eugênica, Giuseppe Sergi (antropólogo, 1841-1936) e Corrado Gini (estatístico e demógrafo, 1884-1965) (CASSATA, 2016).

Anos mais tarde, ampliando os debates acerca da eugenia italiana, criou-se o Comitê Italiano para o Estudo dos Problemas Populacionais, com o objetivo de estudar as modalidades e as causas “that led to the degeneration and the gradual disappearance of some races, as well as the causes behind the formation and flourishing of new races, almost entirely unknown to us” (GINI *apud* BERLIVET, 2016).

A eugenia foi um modelo de engenharia social fundado sob a racionalização dos processos reprodutivos, que encontrou respaldo depois da Primeira Guerra Mundial (PGM). Os fascistas utilizavam o tema “defesa da raça” para justificar tal atividade “científica” e política. A utilização do tema foi ideologicamente central na propaganda de Mussolini, porque foi eficaz na mobilização de recursos financeiros e seres humanos para a construção do ideário fascista. Propunha-se uma transformação antropológica realizada em termos morais, cujo propósito seria a regeneração do que os fascistas consideravam os inadequados ao trabalho entre os membros das classes trabalhadoras. Com a ascensão de Mussolini, em 1927, a eugenia italiana se caracterizava como uma eugenia quantitativa, partindo de questões de natalidade e controle biológico do indivíduo (LICCIARDI, 2016).

Em 1921, Ettore Levi (Della Vida) (banqueiro e empresário, 1852-1923) propunha a criação de um instituto italiano de higiene, previdência e assistência social, pois a guerra havia criado doenças sociais, que deveriam ser superadas para além das ações de caridade, reforçando assim o controle e intervenção do Estado. Surge o IPAS (Instituto de Previdência e Assistência Social) em 1922. Levi afirmava que a centralidade do movimento deveria ser a do controle de natalidade, como principal ferramenta seletiva. Levi não era a favor de esterilizações e proibições de casamento porque faltavam bases científicas para tais atitudes, em especial o conhecimento científico sobre a hereditariedade humana – que somente começaria a ser mais pesquisada e conhecida a partir da descoberta do sequenciamento do DNA, em 1953 e ao longo da década de 1960. O controle de natalidade (*birth control*) proposto por Levi visava ampliar ainda mais o

poder do Estado, por intermédio da mediação de médicos “regeneradores” da linhagem, na gestão da população italiana ou, nos dizeres eugenistas, patrimônio biológico nacional (CASSATA, 2006).

O trabalho da eugenia não consistia, ainda segundo Cassata (2006), conforme os próprios eugenistas, na aplicação de uma limitação voluntária do nascimento, mas em todas as obras gerais que tendem a melhorar as condições físicas e mentais dos pais, evitando-se as doenças sociais graves, como sífilis e tuberculose, bem como o alcoolismo (vale lembrar que, durante o taylorismo/fordismo, no início do século XX, havia o inspetor do trabalho para verificar se os trabalhadores estariam consumindo, fora do local e horário de trabalho, bebidas alcoólicas).

Na década de 1920, a eugenia italiana se institucionalizaria, com debates intensos sobre controle de natalidade, implantação de certidões positivas pré-nupciais, esterilizações e higiene mental (CASSATA, 2006). Em Florença, em maio de 1936, na Clínica das Doenças Nervosas e Mentais da Universidade de Florença, se realizou a I Jornada Genealógica organizada pela Liga Italiana de Higiene e Profilaxias Mentais, com o tema “Existe realmente uma herança semelhante e dominante na frenesi maniaco-depressiva?”.

A eugenia italiana oscilava entre as noções de degeneração do final do século XIX e os projetos de uma regeneração secular e biológica de nação forte, em uma espécie de nebulosa ideológica, na qual se confundiam diferentes contribuições: da sociobiologia positivista da matriz lombrosiana à disseminação da “utopia higienista”, do desenvolvimento de medicina social às discussões sobre a “questão sexual” e o neomalthusianismo. (CASSATA, 2006).

Mussolini deu aos profissionais médicos a permissão para atuar sobre os hábitos quotidianos das pessoas, inclusive no comportamento sexual. O objetivo era legitimar a ampliação do poder político no interior do espaço privado. A presença médica ia ao encontro do que já afirmava Galton, pois este dizia que a eugenia, para ser implantada em termos institucionais, necessitava da cooperação de médicos, de clérigos, de juristas, das autoridades sanitárias e de agentes oficiais em contato com os vários estratos sociais de uma comunidade (GALTON, 2002).

Era um projeto de controle totalitário sobre a pessoa comum, em especial os/as trabalhadores/as. Essa legitimação colocaria no centro da ação o saber técnico e científico da categoria médica. Mas a biologia social nunca foi o cerne da atenção do regime, pouco propensa à política de *birth control* ou o favorecimento da esterilização (como ocorrera nos Estados Unidos, como a *Progressive Era* ou na Alemanha, com a eugenia radical). A atenção se deu em promover uma eugenia populacional, pois esses componentes, em si, representariam, para os eugenistas, um elemento de força e virilidade prolífica.

Na Itália, ademais, um fator que dificultava a ação da biologia social foi a forte oposição da Igreja Católica, que sempre se pronunciara contra a eugenia de matriz anglo-saxônica, a qual pregava controle de natalidade e esterilização, mesmo que tal controle pudesse justificar o fim da incidência de nascimentos de pessoas portadoras de alguma deficiência (LICCIARDI, 2016).

O fascismo italiano – diferentemente do nazifascismo alemão – banuiu o controle das características biológicas dos seres humanos, porém desenvolveu um controle assistido e contínuo – estatal – da maternidade e da infância, seguindo a lógica da subordinação do indivíduo aos interesses gerais, questão característica do fascismo. Isso já se materializaria em 1925 com a criação da política demográfica, com a

fundação de uma instituição nacional para a proteção da maternidade, conhecida como a ONMI (Obra Nacional de Proteção da Maternidade e da Infância) (LICCIARDI, 2016). A ONMI se configurou como o principal instituição para desenvolver o potencial propagandístico do fascismo na formação de um tipo de assistência considerada universalista, que objetivava, por um lado, aumentar o potencial da ideologia do Estado-nação fascista e, por outro, buscar combinar suas instâncias de propaganda do que os fascistas consideravam bem-estar, em saúde pública, dentro de um sistema de matriz laica, com as instâncias institucionais e ideológicas do pensamento católico, que havia abraçado, em muitos pontos políticos, as linhas do regime de Mussolini. Este, na inauguração da ONMI, afirmava que seria necessário haver uma vigilância séria sobre o destino da raça; para tanto, o melhoramento da raça italiana começaria pela maternidade e infância (LICCIARDI, 2016).

A ONMI configurou-se, portanto, como o principal local a desenvolver o potencial de propaganda do fascismo na saúde pública, buscando aumentar o potencial da “nação fascista”; combinou perfeitamente suas instâncias às necessidades do mundo católico que apoiava o *duce*, e que havia abraçado plenamente as linhas do regime em termos de implemento daquilo que o fascismo considerava “os bem nascidos” (LICCIARDI, 2016).

Mas os fascistas italianos ainda tinham um problema que atormentava as comunidades científicas pelo país, a saber, a gestão dos chamados “fracos” ou considerados “incapazes” para o trabalho, pois, anos antes, a PGM havia produzido milhares de soldados física e mentalmente incapacitados por conta das atividades bélicas. Na Itália não havia uma política de defesa social adequada.

A eugenia, que desde o final do século XIX já era formulada na Inglaterra, surgiria, em várias partes do globo, como concepção considerada científica, para dar conta de uma multidão de trabalhadores (ex-soldados) em condições consideradas “desajustadas” para o trabalho, que se metamorfoseava nas condições da expansão imperialista do grande capital, levando a ondas de protestos sociais naquele país. Tratava a eugenia de justificar o fracasso das condições econômicas como problemas de desajustes biológicos da classe trabalhadora; buscava-se com isso, no plano ideológico, minar as pretensões de denúncia ao grande capital por parte dos movimentos revolucionários em ascensão no início do século XX, que ganhavam concretude:

Foram muitos os motivos de dificuldades econômicas que levaram vários grupos sociais a protestar, mesmo violentos, após a guerra: os sacrifícios feitos durante a guerra, que não foram compensados; inflação, que tornou precário o padrão de vida de muitos; o mercado de trabalho, profundamente alterado pelos eventos bélicos e em processo de contração gradual devido a demissões em massa; a mudança nas expectativas de status por parte das classes mais pobres (ZAMAGNI, 2014, p. 306).

A eugenia da esterilização e do extermínio, ou eugenia negativa, na Itália estava descartada, cabendo aos eugenistas identificar, entre aqueles que se encontravam com problemas mentais e físicos, quem poderia ser útil para o crescimento da nova nação, do projeto fascista. O movimento eugênico era um movimento político que conseguiu se acomodar ao nacionalismo e conquistar o consenso da classe média e burguesa, no início dos anos 1920, como proposta para a crise econômica e política do país (ZAMAGNI, 2014).

A eugenia encontrou terreno fértil entre os acadêmicos fascistas, sua *intelligentsia* considerava o racismo como forma estratégica não só no campo das ideias, mas como ação política, expressa na revista La

Difesa della Razza (editada na década de 1930). Para os eugenistas, dever-se-ia buscar para os considerados adaptáveis ao trabalho, a integração social via produtividade; já para os não adaptáveis o caminho seriam os asilos. Caberia ao médico psiquiatra fascista fazer o discurso da segurança necessária ao isolar. Uma das principais justificativas para o isolamento assentava-se sobre o problema da criminalidade. A tal tema recorria-se constantemente, como a questão do alcoolismo, como tudo que se relacionava à degeneração – categoria fundamental do pensamento reacionário. Para a consolidação dessas ações punitivas – o isolamento como encarceramento, a partir de concepções da criminologia tradicional e, portanto, o Estado como agente punitivo da classe trabalhadora –, buscava-se criar uma legislação eugênica que justificasse o encarceramento.

No final da década de 1930, o debate sobre a eugenia “negativa” da esterilização voltou à cena, mas Mussolini, com a habilidade de administrar as divergências, não permitiu o seu avanço (como ocorrera na Alemanha nazista, como projeto político estatal consolidado), bem como limitou certos poderes, evitando que os mesmos se tornassem paralelos e crescessem para além de seu comando, assim a categoria médica não deixou de ser mais um instrumento político em suas mãos.

Apesar do domínio estatal na consolidação da eugenia, houve iniciativas privadas, como a do Centro de Estudos de Genética Humana, em 1937, financiado por entidades públicas e privadas, em Milão. Esse Centro se constituía como uma instituição de colaboração com a Universidade de Milão, onde se conservam pesquisas sobre hereditariedade. Intencionava-se, a partir desse Centro, a criação de outros, ou seja, a expansão em nível nacional. No entanto, com a queda do fascismo, cairia também a ideia de construir uma genética nacional, tanto em nível privado ou estatal.

A eugenia italiana fora estruturada em três variantes diferentes, representadas pelo ambientalismo, hereditariedade e ortogênese (CASSATA, 2006). O autor ainda considera que,

Se é verdade, de fato, que na eugenia italiana, as ambições “regenerativas” [...] não se assentam tanto no mito – improvável e indigesto – da “pureza” biológico-racial quanto no mito tranquilizador e religiosamente correto do “Nativismo” vital e expansivo, no entanto, isso não significa que a eugenia italiana deva ser considerada menos envolvida nos eventos do racismo fascista (CASSATA, 2006, p. 18).

Ainda segundo Cassata (2006), faz-se mister ressaltar o papel importante de alguns positivistas italianos para divulgação e propagação da eugenia em solo italiano, como Giuseppe Sergi, que havia conhecido Galton, cujos pressupostos da formação dos seres humanos incluíam o processo lamarckiano (não era consenso entre os eugenistas italianos) de transmissão hereditária dos caracteres adquiridos e a seleção natural darwiniana. Para Sergi, a questão dos considerados degenerados era sempre o argumento de que os processos degenerativos tinham a ver com questões cerebrais, de desenvolvimento do cérebro. Assim, a ausência ou anomalia de muitos fatores de caráter, sempre ditados por razões fisiológicas para os eugenistas, determinava o aparecimento de degeneração, como manifestação das estratificações atávicas. Mas o evento degenerativo também pode resultar de uma desorganização do caráter devido a circunstâncias externas, como um ambiente pobre e empobrecido (CASSATA, 2006).

Os degenerados para Sergi eram os loucos, os criminosos, os suicidas, as prostitutas, aqueles e aquelas que tinham a tendência de serem “servis” para com outrem, os “vagabundos”, os “mendigos” e os

“parasitas de toda espécie”. Sergi era contrário a abrigos para degenerados considerava os abrigos um perigo, pois, se os degenerados fossem protegidos, teriam muito mais chance de se reproduzirem. Por essa razão, pregava a abolição dos asilos noturnos e das maternidades. Essas pessoas, segundo Sergi, deveriam ser condenadas ao trabalho em forma isolada de deportação, em ilhas isoladas, sendo a elas proibido o casamento, bem como a descendência ilegal, isto é, estariam impedidos de terem relações sexuais (CASSATA, 2006).

Ainda sobre a hereditariedade como fator pressuposto da eugenia, vale destacar o pensamento de Julius Evola (1898-1974). Para este pensador fascista, a raça e hereditariedade não podem ser concebidas como determinismo naturalista, mas como força, como energia formadora do interior. A explicação da hereditariedade humana, para ele, precisa ser elucidada a partir de uma característica espiritual, advinda de uma força metafísica. Evola acompanhou o desenvolvimento da genética e sabia que os argumentos tradicionais racistas da biologia não possuíam sustentação científica. Para ele, o que diferenciava os seres humanos a ponto de se criar uma escala hierárquica de raças é o fator espiritual. Misógino, Evola afirmava que os homens (machos) sempre possuíram a hereditariedade dominante, e as mulheres (fêmeas), a recessiva. Seria, então, a decadência espiritual que determinaria quem seria superior ou inferior. A inferioridade levaria a mutações negativas da raça. Somente um tipo totalitário, como o tipo fascista, é que poderia garantir a manutenção de uma raça superior (EVOLA, 1994).

Apesar de o pensamento de Evola ter sido expresso em várias obras e ensaios acadêmicos, seu alcance não fora tão forte como o dos pensadores da área biológica. Assim, a eugenia italiana se estabelecia entre a biologia e a sociologia, com esta última subsumida à primeira, focada no papel do ambiente na formação hereditária e também sobre a centralidade da educação, que obviamente seria a fascista. Criava-se com essas concepções o ambientalismo sociológico, pois, para eles, os deficientes são a semente da qual nascem todos os considerados degenerados. Sobre a questão hereditária, acrescentava o zoólogo eugenista Paolo Enriques que a transmissão hereditária não ocorria apenas nos níveis das características morfológicas e fisiológicas da espécie humana, mas também nas características psíquicas e comportamentais, como talento musical e artístico (expressando um lado positivo) e a prostituição, o crime e o pauperismo (o lado negativo) (CASSATA, 2006). Nota-se que as “questões sociais” eram classificadas como expressões da biologia: a miséria concreta seria um problema genético, inscrito nos corpos.

Outro personagem que, de acordo com Cassata (2006), contribuiu para a formação da eugenia na Itália foi Enrico Morselli (médico psiquiatra, 1852-1929). Segundo este, a eugenia está diretamente ligada a uma “psicologia das raças”. Racista, Morselli afirmava que as raças diferiam não apenas nas características físicas, mas também nas mentais. As “características psicológicas” das raças obedeceriam às mesmas leis que regem as leis somáticas. Enfim, defendia abertamente a hierarquia de raças humanas. Morselli, constatando a fragilidade científica da eugenia, propunha a obrigatoriedade da visita pré-nupcial pelo agente do Estado, antes da consumação de qualquer casamento, bem como esterilizar, pois tal ação seria menos custosa ao Estado do que tratar dentro dos procedimentos mais brandos da eugenia (CASSATA, 2006).

Já para Corrado Gini, a hierarquia racial não era um fator importante para a construção de uma política eugênica. Para ele, o objetivo da eugenia não consistia tanto em selecionar a raça perfeita; ao

contrário, dever-se-ia, ao invés disso, reconduzir ao máximo possível a um estado natural da espécie humana, que já encontraria condicionada negativamente por um ambiente que se encontrava disgênico, que caracterizava qualquer sociedade incivilizada, como vinha ocorrendo nas últimas décadas. Gini afirmava, ainda, que se os pobres alcançassem as boas condições materiais e sociais dos ricos, isso não seria positivo para eles, os pobres, porque não estaria provado que o aumento de ricos não seria danoso para os próprios, pois o plasma germinativo é o primeiro a degenerar se muito ampliado. Pregava, para os pobres, um retorno ao mundo primitivo (como aleitamento natural e casamento mais precoce), pois a modernidade não é para eles adaptável. O movimento eugenista, na concepção de Gini, traduzia-se assim no “processo de transfusão de sangue de populações jovens para populações idosas”, que regularia o mecanismo de transmissão das civilizações. Como estatístico, afirmava que sua ciência assumiria uma função importante em tal contexto teórico, que não se limitaria apenas à identificação das ferramentas analítico-metodológicas necessárias, mas também contribuiria para a elaboração de um modelo antropológico ideal (CASSATA, 2006).

Apesar de Gini ter afirmado a não necessidade de hierarquização de raças, isso não o fazia menos racista, pois, para ele, a beleza é aquela da raça superior, a branca ocidental. A prova disso, segundo Gini, é que as outras culturas não ocidentais passaram a se vestir como os ocidentais, reconhecendo a beleza e superioridade (para um ideólogo fascista, obviamente que nenhuma palavra sobre difusão cultural imperialista estaria no escopo de suas análises). O ser humano médio, entendido como ideal estético, seria o pêndulo que mediria o nível de estética, caracteres raciais e imitações de outros povos. Mas isso para Gini não bastava, pois um cientista deveria seu olhar sempre sobre a degeneração biológica para entender os problemas sociais. Por exemplo, para Gini, o poeta e dramaturgo irlandês Oscar Wilde era belo e se vestia bem – atendia a alguns critérios de civilização –, no entanto, era um “depravado”, uma vez que era homossexual e socialista (CASSATA, 2006).

Ainda segundo Gini, a dinâmica genética de cruzamento e posterior “isolamento” conciliaria a teoria cíclica da população com o que acontece na natureza, na domesticação ou criação racional de plantas e animais, pois não existiria uma raça pura, mas depuradas. Caberia ao fascismo ser esse instrumento de melhoria da realização biológica.

A eugenia italiana estaria calcada em duas principais bases consideradas científicas: a biologia e a estatística. Para os eugenistas, o pós-PGM faria surgir uma nova nação. E esta surgiria como raça. Lukács (1981) nos ensina que o período do pós-guerra foi tomado pelo vitalismo, que influenciou nesse momento todo o pensamento das ciências sociais e também da arte. A influência desse pensamento devia-se à situação social e ideológica da Alemanha imperialista. O vitalismo, como emergiu e evoluiu como sujeito filosófico no período imperialista, foi um produto específico dessa época: uma tentativa filosófica de resolver do ponto de vista da burguesia imperialista e de sua intelectualidade parasitária as questões levantadas pela evolução social, pela classe, novas formas da luta (LUKÁCS, 1981).

A *intelligentsia* parasitária imperialista, a partir da qual os criadores e leitores do vitalismo foram recrutados, poderia realizar isso mais rapidamente porque sua situação social geralmente os dotava de uma cegueira “benéfica” em relação a mudanças sociais iminentes e crises incipientes (LUKÁCS, 1981).

O irracionalismo sempre se revestiu de um discurso de crise cultural e moral, o que permitia desviar a atenção dos problemas econômicos reais da burguesia, facilmente capturando sua intelectualidade. Engendrava-se a crença na eternidade do crescimento capitalista, que rejeitava questões universais. Era a crença de que a economia e a tecnologia salvariam os problemas do mundo. Existia a ameaça concreta dos movimentos dos trabalhadores revolucionários na Europa toda, e contra isso fortaleciam-se todas as formas de fascismo. Esse período da filosofia surge como um ataque ao materialismo histórico-dialético, pregando-se a questão da incognoscibilidade (LUKÁCS, 1981).

Para o vitalismo, o apelo à riqueza da vida e da experiência, como oposto à pobreza estéril do entendimento, permitia à filosofia combater as inferências materialistas dos desenvolvimentos científicos e sociais em nome de uma ciência natural, a biologia. Além disso, apelar também para a experiência abria flancos para um falso objetivismo (que vai além de uma esfera puramente epistemológica), uma aparente (apenas aparente porque não passa de uma postura idealista) autoelevação sobre as antíteses do idealismo e materialismo. O fascismo, para a sua sustentação política e social, baseou-se nas teorias racialistas, mas também no vitalismo, pois este se baseava na desintegração da convicção no entendimento e razão, na destruição da crença humana no progresso, bem como na credulidade em relação ao irracionalismo, mito e misticismo (LUKÁCS, 1981).

A Primeira Guerra Mundial e a eugenia

É importante frisar que a PGM havia enfraquecido os primeiros esforços da formação da eugenia. Mas esta não estava abolida ou desaparecida do ideário intelectual dos fascistas. A ressalva à guerra foi que as possibilidades da eugenia ficaram comprometidas não apenas pelos danos físicos aos corpos, mas pela profunda poluição moral e espiritual que ameaça a “ética da geração”. A vida de quartel, segundo os eugenistas italianos, longe de ser um meio de selecionar os melhores, sempre foi, ao contrário, fonte de disgenia e imoralidade.

Para Ferdinando Cazzamalli, psiquiatra italiano, a guerra também contribuía para a degeneração, pois havia ali, naquele momento de combate, uma influência ambiental, fonte primária das causas mórbidas, ao lado do sistema nervoso como meio de transmitir a degeneração dentro do sistema orgânico. A degeneração seria, portanto, definida principalmente como um estado anormal do sistema nervoso, com lesões orgânicas ou funcionais. A guerra aumentaria ainda mais esse ambiente negativo e, ao ameaçar toda a Europa, colocaria em risco as populações jovens, que poderiam se degenerar (CASSATA, 2006).

Mas tal opinião negativa sobre a guerra, não era uníssona entre os eugenistas italianos. Ao contrário, fiéis ao espírito da destruição e do belicismo estruturantes do fascismo, para os eugenistas italianos, em sua maioria, a guerra seria um momento para eliminar aqueles que eles consideravam incapazes. Argumentavam ainda que a crescente taxa de mortalidade e nascimentos imediatamente após o fim do conflito também seria portadora de efeitos seletivos favoráveis. As mortes eliminariam, de fato, os mais fracos, enquanto os recém-nascidos, filhos da classe militar selecionada e favorecidos pelo longo descanso forçado dos "órgãos reprodutivos das mães", apresentariam uma constituição superior ao normal. O aumento do peso dos

recém-nascidos e a frequência de múltiplas partes representariam a mesma evidência de um momento eugênico favorável (CASSATA, 2006).

A guerra, de forma geral, surgiria, assim, como um grande laboratório, pois seria possível observar traumas, emoções, comoções, mal-estar, mutilações etc. Depois da PGM, cresceu o poder político dos médicos, em especial dos psiquiatras. Em um esforço para garantir a máxima eficiência dos recursos biológicos disponíveis – através do diagnóstico das diferentes “anomalias” psíquicas, da identificação das “simulações” dos pacientes, da segregação dos elementos perigosos para a disciplina militar – os médicos seriam logo confrontados com o dilema representado do “anormal”: restaria saber o que fazer com os elementos considerados defeituosos, oriundos da PGM. A partir dessas indagações, começaram a surgir sugestões de mandar para as futuras guerras apenas as pessoas com baixa capacidade para refletir; a guerra tornar-se-ia um lugar para o trabalho manual dos considerados mentalmente incapazes. Isso significa que a eugenia foi se militarizando, cada vez mais, durante o fascismo italiano. Como função do Estado, a eugenia, seria estendida do microcosmo militar ao macrocosmo do corpo social, e deveria ser concebida, portanto, como uma função estatal, gerida prioritariamente por médicos (CASSATA, 2006).

A partir dessas constatações sobre a guerra, em especial a PGM, ela não havia sido em vão para os eugenistas italianos. As ansiedades de “regeneração” que acompanhavam o fim do conflito, combinadas com a nova dimensão tomada pelo Estado, como gestor de recursos biológicos coletivos e como guardião da integridade sanitária do corpo social, de fato, inauguravam uma nova fase de crescimento e desenvolvimento do debate. A eugenia italiana, na atuação junto à Saúde Pública, fora formada por, principalmente, protagonistas médicos de diferentes origens políticas. A maioria era composta por fascistas ou simpatizantes do regime de Mussolini. No entanto, a eugenia – ainda que sem oferecer protocolos científicos próprios das ciências biológicas, em sua práxis experimental – atraía cada vez mais profissionais da área da saúde, que se dispunham, como ideologicamente expressavam, suas habilidades “como técnicos” em apoio à eficiência econômico-produtiva do fator humano. De fato, propagandeava-se a eugenia como uma ciência considerada inovadora. Mas o desenrolar da história na primeira metade do século XX, já deixava explícitas suas práticas violentas, seus abusos sobre corpos e populações inteiras, bem como processos racistas e xenófobos de segregações, por falsas e antiéticas experimentações, caracterizando, assim, a ausência de procedimentos científicos. A eugenia não apenas serviu de política de controle social para todos os tipos de fascismos, como foi oportuna na expansão imperial do grande capital, em especial no continente africano.

O debate sobre a eugenia levaria a três possíveis ações dentro do campo do fascismo italiano: 1) a regeneração física e moral dos indivíduos e da nação; 2) o recurso propagandístico voltado para a eficiência econômica e racial, a fim de se legitimar uma “política social”, conduzida por técnicos; 3) a criação de uma linguagem intelectual visando o darwinismo social. A ação de número 1 estaria descartada, pois vale lembrar que, na Itália, a eugenia radical de esterilização havia sido rejeitada por conta da grande e forte influência política da Igreja Católica, que foi a base de apoio ao fascismo em vários países europeus, considerando que tal instituição era contrária a esse tipo de ação, por conta de seus princípios basilares. Nesse sentido, a “regeneração física” no debate eugênico italiano estaria descartada. Então, a oposição da Igreja Católica fez

com que fosse elaborada uma nova vertente eugênica, a eugenia latina: tal oposição à eugenia “qualitativa” (esterilização e *birth control*) levou a uma remodelação adaptativa dos pensadores eugênicos, que passaram a aprofundar a difusão e concepção da eugenia “quantitativa”, pró-natalista e populacionista. É importante salientar que esse modelo de eugenia latina reforçava-se na medida em que se propagava para países como Portugal, Brasil, México, Argentina e tantos outros da América do Sul. Portanto, a eugenia latina, cuja influência do pensamento italiano havia sido a sua principal fundamentação, iria partir das questões consideradas morais pelos pensadores eugenistas, no que tange, por exemplo, ao comportamento sexual da classe trabalhadora, para uma atuação no campo da saúde pública.

Desta forma, o pensamento eugênico na Itália fora desenvolvido ao longo de pelo menos três décadas e permitiu a propagação não somente da questão eugênica em si, mas contribuiu, com suas posições racistas, para o fortalecimento do racismo e a xenofobia naquele país, ainda presentes, alimentando discursos da extrema-direita, Lega Nord, Forza Italia, etc. Para além do pensamento eugênico, academicamente alimentado e fortalecido, analisaremos, a seguir, de que maneira as práticas eugênicas sobre a classe trabalhadora italiana se concretizaram, partindo das políticas em saúde pública, cujo complexo institucional permite com que se lide diretamente com os corpos e os processos de saúde e doença dessa mesma classe.

Saúde pública italiana: breves notas

Após a Unificação Italiana (*Risorgimento*, 1815-1870) e com a Revolução Industrial, em que a divisão social do trabalho alcança então seu mais complexo grau, os rumos da Saúde Pública italiana seguiriam o seguinte modelo, até 1934: proteção de acordo com uma política centralizada, baseada na condução realizada por profissionais médicos, aos quais competirá também a administração do pessoal necessário nos postos oficiais de trabalho; existência da composição e as atribuições de conselhos sanitários; exercício dos vários ramos da saúde em geral; fiscalização higiênica da salubridade das habitações; vigilância governamental sobre os estabelecimentos sanitários, públicos e privados, com exceção dos âmbitos da administração interna, uma vez que nesses locais parte-se da premissa de que não há negligência higiênica. Aos agentes da Saúde Pública, obedecendo a divisões territoriais do país, caberia avaliar as condições geofísicas, demográficas, urbanísticas, de assistência médica, farmacêutica e obstetrícia e das profilaxias das doenças sociais.

Nessa divisão territorial que chegava ao nível dos municípios, surgia a figura do médico provincial (responsável regional pelas atuações médicas, no nível das consultas familiares e triagens médicas), a quem era atribuída a responsabilidade da consulta médica (momento técnico do atendimento que inclui a anamnese), bem como a quem era conferido o status de oficial público sobre a vigilância sem relação aos serviços comunais de saúde, que se davam nas províncias, a partir das leis e dos regulamentos. Também ao médico regional encontravam-se subordinadas a polícia sanitária, a assistência médica, o controle de medicamentos e a garantia mínima de um pronto-socorro (VINCENTI, 2016). Vale ressaltar, segundo Licciardi (2016), que a adesão dos profissionais médicos ao fascismo era robusta já em 1927, mostrando que um de seus representantes, Umberto Gabbi (médico e político italiano, 1860-1933), membro do Conselho

Superior de Saúde italiano, clamava para o fascismo regenerativo fornecesse os médicos, pois estes, segundo ele, estavam prontos para seu dever.

O primeiro texto de legislação sanitária italiana, no entanto, é de 1907, que se emana de vários setores da sociedade civil, porém mantendo a pirâmide hierárquica da divisão social do trabalho, tendo o ministro do interior (conselho superior) o seu ápice, seguido pelo prefeito (que deve se orientar pelo conselho provincial), subprefeito e, por fim, o médico oficial sanitário. Apesar da hierarquia, vale notar que havia conselhos, ou alguma deliberação conjunta.

Com o fascismo, em 1934, as coisas em termos de administração sanitária mudariam de figura com a Lei 1265. Tratava-se de uma reforma que previa organogramas burocráticos e autoritários, tendo sempre como principal executor o ministro do interior. Nas províncias foram implantados os laboratórios de higiene e profilaxias. Esses laboratórios tornaram-se modelo de controle de vigilância e controle sobre instituições, pessoas, animais e coisas. Com essa lei, foram criados os escritórios comunais sanitários, com serviço de vigilância higiênica e assistência sanitária, bem como uma série de regulamentações de profissões voltadas à Saúde Pública. A centralização de temas torna-se enorme: o controle sobre alimentação, higiene do solo e estabelecimentos públicos, recursos hídricos, criação de medidas contra epidemias, polícia veterinária e mortuária. Com isso há um verdadeiro reforço do poder central (VINCENTI, 2016).

No processo de construção da Saúde Pública italiana, os médicos faziam do serviço de higiene uma bandeira ideológica para a sustentação institucional de um sistema especializado fundado sobre o conhecimento médico e sobre a capacidade desses mesmos profissionais de organizar e intervir de forma eficaz nos serviços sanitários (VINCENTI, 2016; VICARELLI, 2010).

A industrialização italiana entre em processo de rápido desenvolvimento bem no final do século XIX e às vésperas da PGM. Com o crescimento da industrialização, cresce, em condição para a existência desta última, a classe operária urbana, não alheia aos movimentos de luta social, sindical e revolucionária do momento em questão (CASTRONOVO, 2015; ZAMAGNI, 2014). Porém, apesar desse crescimento econômico urbano, ainda não havia um sistema de controle e manutenção da força de trabalho, cuja assistência à saúde ainda se dava nos marcos assistencialistas (*Opere Pie*).

Ocorre também nesse momento a intervenção médica (os profissionais psiquiatras eram a parte mais ativa), por intermédio da assistência à saúde mental das pessoas com tal deficiência, assentada no discurso de necessidade de custódia tutelar, ao bem da ordem pública e da liberdade de suas próprias famílias. Os movimentos socialistas exigiam uma intervenção médica que iria para além da questão higiênica e prevenção de doenças contagiosas, assentada no papel do Estado como organizador de forma democrática (VICARELLI, 2010). Até a PGM, o sistema de saúde ainda será um sistema liberal. O clima de guerra renovaria o papel do Estado, que deixaria de se manter à distância do território da assistência liberal, o mutualismo de base individual de contribuição. O Estado italiano passaria a investir no processo de expansão industrial; daí a gestão da reprodução da força de trabalho começaria a se tornar uma questão sua também, afinal havia uma nova massa de trabalhadores vinda do campo a engrossar as cidades sem precedente. As atividades estatais de controle geral da sociedade seriam ainda mais crescentes na medida em que a influência socialista, em especial depois de 1917, ganhava espaço entre as manifestações de massa (desesperada e

pronta para reivindicar novas condições de vida e trabalho), que já se encontrava debilitada com a crise militar que a PGM houvera provocado.

No caso da Saúde Pública, a guerra demonstrava a fragilidade do sistema liberal que se tornava insuficiente para cuidar daqueles acometidos por doenças cada vez mais crescentes e dos feridos e incapacitados pela guerra. As oposições por parte da classe patronal e da Igreja católica assistencialista seriam esperadas em relação ao estatismo na Saúde Pública. O fascismo, que se engendra como força política do capital (do grande empresariado, aliado à Igreja católica) para barrar a ascensão revolucionária operária na Itália, ao longo de duas décadas, criaria seu primeiro pacote de políticas sanitárias ao lançar a asseguaração obrigatória contra a tuberculose e as doenças profissionais, bem como racionalizará e sistematizará o complexo hospitalar, universal para os cuidados a favor da maternidade e da infância. O estado de bem-estar social fascista se limitava a apoiar alguns sistemas de asseguaração obrigatória em prol dos estratos operários que seriam cruciais para a manutenção da nova economia e também a favorecer o livre mutualismo nos campos industrial, agrícola e de serviços. Porém isso não significou que o sistema fascista tivesse abolido o associacionismo burguês ou o assistencialismo clerical: são esses os personagens que agirão nesse mesmo sistema estatal (VICARELLI, 2010).

A família (e não o trabalhador) passava a ser o objetivo último e prioritário aos recursos públicos e privados e aos programas de subsistência do governo, de forma a integrá-los ao trabalho doméstico, bem como todas as formas de economia de subsistência que interessassem ao regime fascista. As leis de limitação do trabalho feminino assumiam uma explícita função de marginalização das mulheres no mercado de trabalho a favor de um papel que se tornava crucial para o sistema total da produção e reprodução da vida social do país. Afinal a fecundidade estava em pleno declínio, o que fazia com que o governo fascista criasse políticas familiares voltadas para o estímulo ao aumento dessa mesma fecundidade dentro dos casamentos, corroborando o crescimento da classe trabalhadora necessária para o novo processo de industrialização e urbanização que deveria se erigir no pós-PGM. Tais políticas vinham no sentido de preencher a lacuna que os governos liberais tinham sido incapazes de realizar (VICARELLI, 2010).

Para a Saúde Pública italiana, o fascismo significou uma regressão. O regime fez amplo uso do tema da prevenção em sua propaganda, mas, na prática, acabou por esvaziá-la e torná-la inócua, expurgando seus aspectos de participação e iniciativa popular. A gestão da saúde na era fascista visava desencorajar fortemente iniciativas espontâneas, propostas e a participação dos envolvidos diretamente. Os trabalhadores, longe de serem considerados titulares do direito à saúde, deveriam ser objeto de um projeto que fosse liderado de cima, por órgãos e institutos de controle do Estado, não passíveis a modificações e auditorias. Os responsáveis pela proteção da saúde da classe trabalhadora eram essencialmente os inspetores do trabalho e o ENPI (Órgão Nacional de Prevenção de Acidentes, em português), organismo criado em 1912 que poderia realizar investigações, inspeções, verificações do cumprimento das regras de higiene no local de trabalho. A saúde dos trabalhadores na era fascista foi tratada de acordo com as medidas policiais de intervenção de saúde e seguros. A intervenção médica era sobretudo higiênica, profilática e policial sanitária.

Em 1929, o regime publicou um regulamento que tornava obrigatório, para as empresas, o seguro de certas doenças profissionais, como as causadas certos metais – compensação que nem sempre ocorria.

É necessário sublinhar o papel negativo que o seguro desempenhou no campo de defesa da saúde do trabalhador. O mecanismo de compensação era acionado após a ocorrência de um dano, mas não se intervinha nas causas do mesmo dano, visando eliminá-los. A saúde estava comprometida, com alguma compensação (porém insuficiente). Isso desresponsabilizava os empregadores, que se sentiram isentos de fazer um subsídio monetário para modificações e melhorias em ambientes de trabalho nocivos e perigosos. Com o regime fascista, quando havia alguma intervenção em prol dos trabalhadores, isso se dava não como prevenção, mas como medida compensatória, irrisória, quando o pior já havia ocorrido. Para completar o quadro, um regulamento de 1929 tornava obrigatórias as visitas preventivas e periódicas pelo médico da fábrica aos trabalhadores que tivessem tido contato com substâncias tóxicas (VICARELLI, 2010).

Foi assim que o médico, que tinha que ser uma pessoa de confiança da empresa, atribuía a tarefa de decidir quem estava apto para o trabalho e quem não estava. Aqui já operavam os ideais eugenistas, que auxiliavam nesse controle e organização econômica da fábrica. Quem, de acordo com as avaliações do médico, fosse saudável poderia trabalhar e produzir altos resultados; os considerados inaptos para o trabalho eram afastados e substituídos por novas forças. O resultado dessa seleção fora o de escolher uma alavancagem de trabalhadores considerados úteis para o processo de produção e seu bom funcionamento. Se os tratamentos prescritos pelo médico alcançassem resultados positivos, enquanto o trabalhador mantinha-se afastado, o mesmo poderia retornar à produção, nas mesmas condições anteriores. O regime era dócil para com o capital e rígido para com os trabalhadores.

Com a tarefa de buscar garantir a força de trabalho em número suficiente para a grande indústria, a classe patronal se liberava para administrar os recursos materiais e insumos necessários à grande indústria, por meio de renovações tecnológicas. E a classe trabalhadora tinha que ser garantida não somente em termos numérico, mas em termos de obediência à ordem econômica que se estabelecia; nesse sentido a repressão sobre a mesma seria inevitável, sobre as liberdades políticas, culturais e civis.

Considerações

O pensamento eugênico foi a expressão da necessidade de o grande capital sistematizar o controle sobre os corpos da classe trabalhadora, nos países onde ocorreu o fascismo, incluindo a Itália e países liberais como, por exemplo, EUA, Suécia e Inglaterra, e em governos profascistas, como no Brasil e Argentina. A prática eugênica somente seria viabilizada caso se materializasse no sistema de saúde pública.

A eugenia foi o instrumento de uma medicina a serviço do controle autoritário sobre a classe trabalhadora, que se encontrava em movimento de rupturas revolucionária, dado seu nível de engajamento político, em resposta às contradições inerentes do capital imperialista, que se expandia, de forma quase ilimitada e sempre violentamente pelo mundo, no início do século XX. Com a eugenia, os profissionais médicos, em colaboração com outros de outras esferas de controle policial, podiam aplicar a medicina não como prevenção (o que na realidade foi rara tal ação na Itália), mas como controle social, fortemente fomentado pelo regime fascista na Itália, que o centralizava.

Essa aplicação da medicina ao corpo, enquanto agente socialmente determinado da produção econômica, fundamenta uma perspectiva de análise que apreende a participação da prática médica no processo de acumulação capitalista através de sua imediata articulação com a estrutura econômica, em particular com o momento da produção. Tal perspectiva acentua o papel da medicina no processo de produção da mais-valia relativa através basicamente do aumento de produtividade do trabalho, dado que “a melhoria das condições de saúde do trabalhador possibilita a obtenção de um máximo de produtos em menor tempo de trabalho e, correspondentemente, a produção de mercadorias por custo mais reduzido” (DONNANGELO, 1979, p. 34-35).

Demonstra-se assim que em ciência não é possível existir neutralidade, mas que para evitar a pseudociência, torna-se necessária a objetividade. Para tanto, faz-se mister desvelar as relações existentes entre as ideias dominantes em determinados períodos históricos e os interesses políticos, econômicos e sociais das classes dominantes de cada período estudado, como o fascismo italiano.

Referências:

- BERLIVET, L. A. A laboratory for Latin eugenics: the Italian Committee for the Study of Population Problems and the international circulation of eugenic knowledge, 1920s-1940s. **História, Ciência, Saúde – Manginhos**, Rio de Janeiro, v. 23, P. 51-72, 2016.
- BOARINI, M. L. et YAMAMOTO, O. Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. **Psicologia Revista**, vol. 13, n.1, SP. Educ. 2004. p. 59-72.
- CASSATA, F. **Molti, sani e forti**: l'eugenetica in Italia. Turim: Bollati Boringhieri, 2006.
- CASTRONOVO, V. **Storia economica d'Italia**: dall'Ottocento ai giorni nostri. Turim: Einaudi, 2015.
- DONNANGELO, M. C. **Saúde e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- EVOLA, J. **Sintesi di dottrina della razza**. Roma: Edizioni di Ar, 1994.
- GALTON, F. **Essays in eugenics**. Londres: The Eugenics Education Society, [1909] 2002.
- JONES, G.. Eugenics and Social Policy between the Wars. **The Historical Journal**, Londres, vol. 25, no. 3, pp. 717-28, 1982. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/2638754>. Acesso em: 06.07.2022.
- KEVLES, D. **In the name of eugenics**. Berkeley (EUA): University of California Press, 1985.
- LA VERGATA, A. **Colpa di Darwin?**: razzismo, eugenetica, guerra e altri mali. Turim: UTET, 2009.
- LEONETTI, A. **Oltre “la difesa della razza”**: editoria razzista e antisemita in Italia (1938-1945). Mião: Creleb, 2019.
- LEWONTIN, R. **Biologia come ideologia**: la doutrina del DNA. Turim: Bollati Boringhieri, 1993.
- LICCIARDI, G. Eugenetica. *In: Fascismo e società italiana*: temi e parole chiave, DE MARIA, C. (org.). Bolonha: Ottocento Duemila, 2016, p. 195-204.
- LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In: LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, G. **The destruction of reason**. Nova Jérsey (EUA): Humanity Press, 1981.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- VICARELLI, M. G. **Gli eredi di Esculapio**: medici e politiche sanitarie nell'Italia unita. Milão: Carocci, 2010.

VINCENTI, D. **La storia della sanità pubblica dall'unità d'Italia ai giorni nostri**. Roma: LUISS Guido Carli, 2016.

ZAMAGNI, V. **Dalla periferia al centro: la seconda rinascita economica dell'Italia (1861-1990)**. Bolonha: Il Mulino, 2014.

Notas

¹ Doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); pós-doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-doutor em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal; Visiting Scholar junto à Univerità Ca' Foscari, Veneza, Itália. É Professor adjunto de História Contemporânea junto à Escola de Serviço Social, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos em Trabalho, Gênero e Raça/Etnia a partir do Materialismo Histórico-Dialético (NEGREM – Unirio). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9224934959680802>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1707-6813>. E-mail: ducattivan@gmail.com.

Recebido em: 25 de jul. 2022
Aprovado em: 10 de ago. 2023